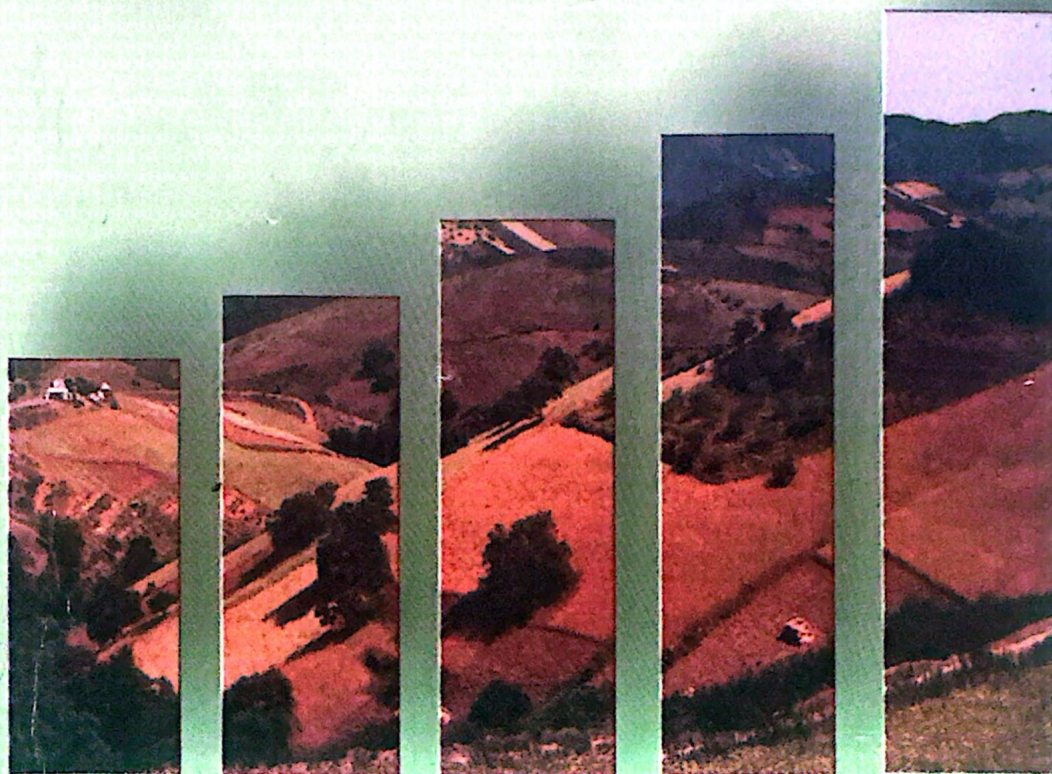


TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO



TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA INFORMACIONAL DO TERRITÓRIO

PAULO ALEXANDRE NETO*

INTRODUÇÃO

A crescente digitalização e virtualização, que caracteriza hoje o funcionamento da economia mundial, gera uma desmultiplicação das actividades económicas na dimensão real e na dimensão virtual. Este facto parece implicar uma progressiva ateritorialização dos relacionamentos económicos e o desenvolvimento e proliferação de territórios virtuais, que tendem a querer disputar o epicentro dos relacionamentos e das decisões na economia a diferentes escalas territoriais. Esta realidade constitui um novo desafio que exige, por parte dos governos nacionais e dos territórios locais e regionais e respectivos órgãos político-administrativos, um tipo de resposta inovador no que concerne à definição de estratégias de planeamento territorial para enfrentar as novas exigências. Bem como obriga a uma maior sofisticação quanto à forma de entender o desenho e a concepção de novas políticas públicas territoriais e quanto ao modo de equacionar a nova relação espaço-tempo-território e a uma prospecção de informação estratégica a várias escalas territoriais e ao seu armazenamento e gestão através da operacionalização dos sistemas de memória do território.

Neste artigo serão analisadas as implicações, para os territórios, decorrentes do desenvolvimento das tecnologias de informação e

* Universidade de Évora, Departamento de Economia, e ACTAE - Centro Interdisciplinar de Estudos Políticos e Sociais da Universidade de Évora, director do curso de mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus, coordenador do projecto REG-URB - Laboratório de Análise e Investigação Regional e Urbana.

Novo
conceito
económico

desafio

na
relação
espaço-
tempo-
território

O objeto do texto

9/22
→
comunicação (TIC) enquanto factor de alteração do nível de acessibilidade e enquanto potencial de reformulação da geografia dos relacionamentos económicos e institucionais; avaliadas as opções estratégicas de planeamento territorial resultantes do desenvolvimento das TIC e analisadas algumas soluções e modelos para inclusão, nas políticas de planeamento territorial, de iniciativas de aproveitamento destas tecnologias; e, ainda, apresentadas algumas contribuições para a definição de estratégias territoriais em matéria de TIC.

Bem como, será proposta a criação de sistemas territoriais de inteligência económica ou competitive intelligence¹ e apresentados elementos para a construção e operacionalização da memória do território.

1. NOVA ACESSIBILIDADE, NOVAS CONFIGURAÇÕES RELACIONAIS E NOVAS PROXIMIDADES

X
As tecnologias de informação (TI) encerram um potencial relacional e de acessibilidade absolutamente novo e particularmente relevante num contexto em que a possibilidade de contacto, em tempo real, entre os agentes económicos, e a importância do acesso e o domínio da informação, a procura de parceiros estratégicos, a diferentes escalas territoriais, e a preocupação das empresas em repartirem por diferentes localizações as suas unidades de actividade, assumem uma importância decisiva. As TI, na medida em que constituem uma tecnologia que possibilita sofisticar e simplificar os procedimentos e os relacionamentos (económicos, institucionais e também os relacionamentos de cooperação) entre os agentes, representam um potencial elevado para possibilitar a implementação de novas constelações relacionais no território e deste em relação ao exterior. Permitindo projectar e posicionar o território, e os diferentes agentes nele representados, a outras escalas territoriais e possibilitar a sofisticação de modelos relacionais nele já em funcionamento, favorecendo assim a emergência de novas configurações organizacionais e relacionais².

As tecnologias de informação e comunicação constituem, assim, instrumentos privilegiados para sofisticar os portfolios relacionais (con-

1 Recolha e tratamento de dados e informação para apoiar o processo de tomada de decisão em termos operacionais, táticos ou estratégicos.

2 Que favoreçam, em cada um dos territórios locais e regionais, o desenvolvimento de efeitos de fileira, o aperfeiçoamento dos processos produtivos nele particularmente relevantes, o reforço da sua densidade relacional inter e intraterritorial e o seu posicionamento nos circuitos transnacionais dos processos produtivos.

junto e características dos relacionamentos com relevância económica, às diferentes escalas territoriais - a carteira de relacionamentos) dos territórios e das organizações (Neto, 1999, p. 929).

O portfolio relacional ou a dimensão relacional de cada território local e regional consiste no conjunto de relacionamentos económicos e institucionais desenvolvidos intra e interterritorialmente por empresas e instituições no âmbito do desempenho da sua actividade específica, e ou enquanto intencionalidade estratégica própria de aumento da sua competitividade e revalorização do seu posicionamento relativo (Neto e Silva, 1999, p. 591).

A natureza do modelo relacional e da dimensão relacional interna e externa de cada território está naturalmente muito dependente da sua dimensão económica e da dimensão das empresas e das organizações nele localizadas, bem como da própria experiência relacional de cada uma delas às diferentes escalas territoriais. Mas constitui, em qualquer caso, um factor determinante para os territórios locais e regionais em termos da sua capacidade de reformulação e actualização das respectivas vantagens competitivas.

Por esta razão, o rigoroso conhecimento destes relacionamentos já em funcionamento num território concreto e a partir de diferentes escalas territoriais, isto é, a rigorosa caracterização desta cartografia relacional³ dos territórios constitui um elemento cada vez mais importante a ter em conta no processo de concepção e implementação de políticas públicas territoriais.

Efectivamente, as TIC constituem um importante instrumento de suporte à operacionalização e à rentabilização da densidade relacional⁴ e da densidade institucional ou organizacional⁵ dos territórios,

3 Cartografia dos relacionamentos com relevância económica e estratégica a diferentes escalas territoriais de cada organização presente no território, identificando pontos (organizações e pontos geográficos) de origem/destino dos relacionamentos e níveis de sofisticação e continuidade associada a cada relacionamento concreto. A cartografia relacional do território consistirá assim no mapeamento de todos os relacionamentos com relevância económica e estratégica de todas desenvolvidos por todas as organizações presentes no território concreto e territorialmente relevantes.

4 Grau de densidade dos relacionamentos, com relevância económica e estratégica, desenvolvidos, num território concreto, entre as organizações (instituições e empresas) nele localizadas e consideradas como as territorialmente mais relevantes.

5 Densidade, intensidade, qualidade e quantidade de empresas, instituições e estruturas da administração pública localizadas num território concreto. De notar que, embora a quantidade de empresas, instituições e organismos públicos presentes num território concreto não lhe assegure só por si garantias de concretização de um modelo de desenvolvimento económico bem sucedido, representa um potencial de

na medida em que podem funcionar como infra-estruturas de apoio à consolidação, formalização e funcionamento de tipos específicos de relacionamentos económicos estratégicos ou para a gestão de *port-fólios relacionais* particularmente relevantes para o território. Podem ainda rentabilizar a favor do território de uma forma completamente diferente o conjunto de organizações neles presentes. Quer através da progressiva informatização ao nível interno de cada uma das organizações, com acréscimos de qualidade de desempenho óbvios, mas sobretudo pela possibilidade de permitir a criação, entre elas, de um contexto comunicacional que valorize essa presença e o potencial de trabalho em conjunto.

Um potencial de acessibilidade que as TI possibilitam e representam mas que não asseguram só por si. A materialização desse potencial e a sua utilidade prática para o território depende essencialmente da capacidade deste para delas saber e poder tirar partido⁶.

Os mercados geram e provocam o surgimento de novas tecnologias, mas só por si não dão origem ao surgimento de comunidades inteligentes⁷, só as pessoas o podem fazer, pessoas com visão, pessoas empenhadas em desenvolver e acompanhar processos de mudança, com um desejo de promover o trabalho conjunto num determinado território de forma a concretizar grandes objectivos colectivos (SCGB, 2001)⁸.

Naturalmente que, também por isso, essa capacidade para incorporar as TI nos modelos de funcionamento dos territórios e tirar partido das suas potencialidades varia muito de um território para outro. Em especial, varia em função da sua dimensão económica do território, do tipo e características do seu tecido produtivo e institucional, do nível de qualificação dos seus recursos humanos, do nível de sofisticação dos

capacidade de produção e de criação de riqueza, de tomada e de poder de decisão e de influência, de volume de emprego, de atractividade e de visibilidade que será tanto maior quanto maior for o número destas organizações localizadas no território.

6 Sobretudo porque o desenvolvimento das TI não representam apenas oportunidades para os territórios locais e regionais, elas representam também novos tipos de ameaça. Em virtude, não só, do facto de os territórios, em consequência das TI, também ficarem mais expostos ao acréscimo de *acesso* dos agentes económicos e dos decisores públicos e privados de outros territórios, como também aos processos de deslocalização das empresas nele localizadas que, exactamente em virtude do acréscimo de acessibilidade, comunicabilidade e interactividade, podem mais facilmente identificar e considerar localizações alternativas para a sua instalação.

7 *Smart communities* no original.

8 Smart Cities Guide Book, <http://www.smartcommunities.org>.

seus processos produtivos e do seu nível de actualização tecnológica e informacional, da sua cultura e capital relacional e do que a economia do território já representar a diferentes escalas territoriais.

Tal torna imprescindível que se desenvolva ao nível de cada território uma reflexão e avaliação rigorosa sobre as implicações e as exigências que o desenvolvimento das TIC poderão ter sobre o seu modelo de desenvolvimento e planeamento e sobre as suas opções estratégicas futuras. Nomeadamente, quanto a:

- Me. 19/10/2010*
- i) Implicações para o território e consequências para as empresas locais, nacionais e internacionais nele presentes;
 - ii) Implicações para o território das TI enquanto potencial de alteração da geografia económica e de reformulação das vantagens competitivas dos e entre territórios;
 - iii) Nível de adequabilidade ao novo contexto das políticas públicas em implementação no território;
 - iv) Nível, capacidade e tipologia de absorção do território face às inovações tecnológicas e informacionais disponíveis.

De modo a fomentar nas políticas públicas para a sociedade da informação a dimensão e a componente territorial das iniciativas e criar instrumentos de política para sua promoção, com intencionalidade estratégica, no território, e a possibilitar e incentivar a definição de opções estratégicas territoriais em matéria de sociedade de informação que possam apoiar as regiões a implementar práticas e procedimentos no domínio das TIC e promover, de forma transversal e multissetorial, a integração de novas tecnologias no desenvolvimento da vida económica e social das regiões⁹.

⁹ Neste sentido, e no caso de Portugal, importa associar às múltiplas iniciativas sectoriais previstas na Iniciativa Internet e no Programa Operacional Sociedade da Informação (POSI) o reforço das iniciativas de base territorial e a definição de estratégias regionais de promoção da sociedade da informação.

Para uma análise das iniciativas e programas nacionais de desenvolvimento da sociedade da informação consultar <http://www.cisi.mct.pt> e <http://www.posi.mct.pt> e em especial as iniciativas previstas no Eixo 2 – Portugal Digital, Medida 2.3 – Projectos Integrados: Das Cidades Digitais ao Portugal Digital do Programa Operacional Sociedade da Informação, e nos diferentes programas operacionais regionais.

Para uma análise das iniciativas e programas de fomento da sociedade da informação nos demais Estados-membros da União Europeia consultar: Comissão Europeia (2000) *Public Strategies for the Information Society in the Members States of the European Union, ESIS Report*, Luxemburgo.

Qual o papel das políticas públicas p/

Sociedade de informação?

2. A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS LOCAIS E REGIONAIS PARA A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

A definição de estratégias regionais para a sociedade da informação¹⁰ torna-se essencial, de modo a colocar as questões da sociedade da informação no centro das prioridades das políticas de planeamento e desenvolvimento regional, promover o reforço da competitividade das economias regionais através das TI e ultrapassar um estado de quase ausência de debate regional em matéria de sociedade da informação e de aplicação da economia digital, bem como para criar nas regiões uma cultura de antecipação para a mudança e uma estratégia de futuro assente no investimento em recursos humanos, nas TI e na competitividade dos sectores económicos territorialmente presentes.

Importa encontrar soluções em matéria de estratégia no domínio das TI que colem perfeitamente ao território. Isto é, cada estratégia regional neste domínio deve ser desenhada em função das características próprias de cada território. Não só no sentido de ir ao encontro das suas necessidades, mas também porque cada tipo de iniciativa requer a existência prévia de uma determinada escala (territorial/económica/organizacional) mínima que lhe assegure exequibilidade e eficácia¹¹. É naturalmente que o tipo de iniciativas depende grandemente do patamar tecnológico (nível e cultura tecnológica do território) em que o território genericamente se encontrar¹². Cada intervenção tem que assentar no princípio da utilidade para o território e não apenas numa lógica de investimento em infra-estruturas para o território.

Daí a importância de construir as intervenções estratégicas para os territórios locais e regionais (em especial para os económica e socialmente mais desfavorecidos) através de acções localizadas do tipo «acções-piloto» implementadas à velocidade da própria capacidade de absorção do território e apenas em algumas áreas temáticas. De modo a que, em função dos resultados alcançados, se possam ir a pouco e pouco calibrando as novas iniciativas e ir estendendo os campos de

10 Uma coisa são intervenções no domínio das TIC aplicadas sobre o território, outra coisa completamente diferente é a definição de uma estratégia regional para a sociedade da informação.

11 Pelo que a concepção das estratégias territoriais neste domínio deve ter em conta as características, necessidades e especificidades de cada território.

12 Da mesma forma que as estratégias a implementar devem também assumir iniciativas com geometria variável que possam corresponder a necessidades dos extremos – agentes tecnologicamente mais e menos avançados.

intervenção. A extensão em simultâneo a vários domínios tem uma dificuldade acrescida, nomeadamente em termos de custos orçamentais sem retorno assegurado.

Igualmente importante é o efeito demonstrativo que alguns desses projectos poderão ter em termos de mobilização dos agentes para esta temática e para outras intervenções nesse domínio. Quando maior for a dimensão e sofisticação económica, social e institucional do território, para o qual se está a estabelecer uma determinada estratégia regional para a sociedade de informação, maior naturalmente será a sofisticação, diversidade e a variedade de iniciativas possíveis neste domínio. No entanto, tal não significa que nos territórios especialmente fragilizados do ponto de vista económico, social e institucional não seja possível implementar estratégias territoriais neste domínio. Pelo contrário, significa apenas que a estratégia deverá ser desenhada à sua escala o mesmo se aplicando às iniciativas que a compõem.

Na definição de estratégias territoriais neste domínio (ver caixas de texto n.ºs 1, 2, 3 e 4) deverão ser privilegiados (sempre e nas condições que o território o permitir) aspectos como:

- i) Incentivo à criação ou reforço no território de redes intra-regionais de cooperação entre empresas ou grupos de empresas, centros de investigação e universidades;
- ii) Sensibilização dos cidadãos, dos agentes económicos e dos responsáveis políticos para as oportunidades e ameaças, para o desenvolvimento territorial, inerentes à sociedade da informação e para as aplicações da sociedade da informação ao desenvolvimento regional;
- iii) Estabelecimento de estratégias inovadoras para a região e incentivo à criação de parcerias regionais para a sociedade da informação;
- iv) Implementação de novos modelos de relacionamento entre o sector público e o sector privado¹³.

Por outro lado, a crescente competitividade interterritorial transnacional, a que os territórios locais e regionais estão sujeitos, exige

13 Que possibilitem desenvolver iniciativas do tipo PA2PA – *Public Administration to Public Administration*, PA2B – *Public Administration to Business* e PA2C – *Public Administration to Citizens/Customers* de modo a contribuir para alterar o difícil relacionamento entre o sector privado e o sector público, bem como os modelos de relacionamento entre as diferentes instituições e organismos da administração pública.

CAIXA DE TEXTO N.º 1

Incentivo à criação ou reforço, no território, de redes intra-regionais de cooperação entre empresas ou de cooperação entre empresas ou grupos de empresas, centros de investigação e universidades

- 1) Criação de sistemas de apoio a projectos científicos e tecnológicos regionais conjuntos entre pequenas e médias empresas (PME), universidades e centros de investigação;
- 2) Viabilizar, no território, a transferência de tecnologia e o intercâmbio de experiências e boas práticas neste domínio, bem como o desenvolvimento de serviços para a sociedade da informação nas regiões;
- 3) Apoio às PME e às microempresas no sentido de as ajudar a beneficiar das actividades de investigação desenvolvidas na região, no país e no mundo, e apoiá-las na adopção de soluções novas em matéria de TI;
- 4) Criação de redes informáticas entre empresas que favoreçam o desenvolvimento de relacionamentos, entre elas, para contactos e trocas de informação;
- 5) Estabelecimento, concepção e implementação de estratégias tecnológicas para as regiões;
- 6) Desenvolvimento de novos instrumentos financeiros (capital de risco) regionalizados para apoio à adopção das TI pelas empresas;
- 7) Apoio e criação de ninhos de empresas ligados às universidades e fomentar o *spin-off* de empresas procedentes de universidades, ou de grandes empresas centradas na inovação e na tecnologia;
- 8) Fomento da inclusão do comércio electrónico nas estratégias de desenvolvimento das PME, bem como da busca de soluções adaptadas às necessidades dos seus recursos humanos em matéria de conhecimentos informáticos;
- 9) Apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento e à concepção de estratégias regionais, planos de acção e aplicações-chave, em cada região, com viabilidade técnica, comercial, económica e aceitação e utilidade social;
- 10) Fomento da telecooperação para suporte ao desenvolvimento das redes de cooperação;
- 11) Criação ou adaptação para o território de *user-oriented solutions* em matéria de tecnologias de informação e de comunicação;
- 12) Fomento do desenvolvimento de aplicações informáticas e de sistemas de apoio à decisão especialmente adaptado ao tecido empresarial local/regional;
- 13) Apoio à produção de documentação de formação e divulgação da utilização das TIC e de conteúdos multimédia dirigidos às empresas e à administração pública presente no território;
- 14) Criação de cadeias de valor no território assentes na promoção do inter-relacionamento *on-line*.

Fonte: Caixa de texto desenvolvida a partir de Macorra y Cano e Neto (2003), Neto (2001a), Neto (2001b), Neto (2003).

CAIXA DE TEXTO N.º 2

Sensibilização dos cidadãos, dos agentes económicos e dos responsáveis políticos para as oportunidades e ameaças, para o desenvolvimento territorial, inerentes à sociedade da informação, e para as aplicações da sociedade da informação ao desenvolvimento regional

- 1) Organizar, com funcionalidade estratégica, o debate em cada uma das regiões em torno do modo como aproveitar localmente as oportunidades da sociedade da informação;
- 2) Identificar as formas particulares que a sociedade da informação pode alcançar em cada uma das regiões;
- 3) Sensibilizar as populações e as empresas para as oportunidades e riscos associados à generalização da utilização das TI;
- 4) Avaliação das principais implicações e desafios para o território decorrentes do desenvolvimento crescente das TIC e suas aplicações;
- 5) Desenvolver planos estratégicos para as regiões em matéria de sociedade da informação;
- 6) Promover a elaboração de documentos estratégicos no domínio da sociedade da informação que reflectam a posição e as opções dos diferentes agentes e actores económicos, sociais e institucionais territorialmente presentes e localmente mais relevantes;
- 7) Promover a integração das TIC na vida económica e social da região;
- 8) Apoiar a identificação e a promoção no território de projectos inter-relacionados em matéria da sociedade da informação e do conhecimento;
- 9) Apoiar a criação, no território, de uma base de dados que acumule a informação sobre os projectos em matéria de TIC nele em desenvolvimento;
- 10) Valorizar pólos (territoriais) de competências específicos da região baseados nas suas vantagens comparativas e no seu potencial económico, cultural e social;
- 11) Valorizar sectores (económicos) de competências específicos da região baseados nas suas vantagens competitivas e no seu potencial económico, cultural e social;
- 12) Sensibilizar e colocar em rede o conjunto dos agentes regionais em matéria de sociedade da informação e em matéria de promoção do desenvolvimento regional;
- 13) Colocar as questões da sociedade da informação e do conhecimento no centro da agenda do desenvolvimento regional e do planeamento no território;
- 14) Reforçar o papel do diálogo social, empresarial e institucional no território de modo a facilitar a mudança estrutural e a adaptação aos novos paradigmas da sociedade da informação e do conhecimento;
- 15) Criar no território uma cultura de antecipação da mudança como base de uma estratégia de futuro;
- 16) Promover o surgimento de projectos e iniciativas de promoção da utilização das TIC no dia-a-dia do território;
- 17) Promoção no território de sistemas de teledemocracia tendo em vista fomentar a participação dos cidadãos na vida pública e nos processos de decisão sobre o território;
- 18) Reforço do processo de informatização da administração pública.

Fonte: Caixa de texto desenvolvida a partir de Macorra y Cano e Neto (2003), Neto (2001a), Neto (2001b), Neto (2003).

CAIXA DE TEXTO N.º 3

Estabelecimento de estratégias inovadoras para a região e incentivo à criação de parcerias regionais para a sociedade da informação

- 1) Identificação e desenvolvimento de zonas (territoriais) e áreas (temáticas) específicas para experimentação do uso inovador das tecnologias da informação tendo em vista a valorização de competências específicas da região;
- 2) Utilização e experimentação de tecnologias digitais avançadas em benefício das zonas rurais e de centros urbanos de pequena e muito pequena dimensão;
- 3) Desenvolvimento no território de novos serviços de proximidade através das novas tecnologias;
- 4) Desenvolver novos sistemas de gestão ambiental, adopção de tecnologias limpas e racionalização da utilização da energia;
- 5) Apoio e consultadoria aos agentes económicos ajudando-os a encontrar e a explorar opções e estratégias no âmbito das TI;
- 6) Criação de estruturas de *interface* e de transferência de soluções em matéria de TI aplicáveis ao desenvolvimento regional;
- 7) Promover o uso das tecnologias da informação para apoiar o desenvolvimento e a comercialização de produções tradicionais;
- 8) Promover o uso das tecnologias da informação para promover a atractividade internacional dos territórios;
- 9) Estabelecer estratégias inovadoras em termos regionais, assentes em parcerias em matéria de sociedade da informação;
- 10) Apoiar as micro e pequenas empresas presentes no território que procurem beneficiar das actividades de investigação em desenvolvimento na região;
- 11) Apoiar as regiões a monitorizar boas práticas e procedimentos em matéria de tecnologias de informação e comunicação;
- 12) Incentivo à criação de uma bolsa de ideias e de um conselho de sábios para a sociedade da informação ao nível regional;
- 13) Apoiar no território o relacionamento entre as micro e pequenas empresas e grandes empresas territorialmente presentes de modo a fomentar a utilização das TIC por parte das micro e pequenas empresas;
- 14) Incentivo à digitalização de arquivos e ligação em rede das bases de dados de organismos públicos;
- 15) Promover o desenvolvimento de sistemas de informação geográfica (SIG) com aplicações relevantes para o planeamento territorial e apoio à tomada de decisão;
- 16) Desenvolver e fomentar a utilização de sistemas e tecnologias de informação orientados para o sector agrícola;
- 17) Promover a criação no território de bolsas de negócios e bolsas de emprego *on-line*;
- 18) Apoiar o surgimento no território de projectos-piloto de promoção do relacionamento *on-line* entre empresas;
- 19) Promover a criação e o desenvolvimento no território de redes de *open-learning* e serviços de informação dirigidos às empresas, em especial as pequenas e médias empresas;

- 20) Apoiar no território o surgimento de um sistema público ou misto de tele-serviços de apoio às PME;
- 21) Apoiar no território o surgimento de sistemas de apoio às empresas especialmente concebidos para territórios de baixa densidade económica, social e relacional;
- 22) Estimular a utilização das TI para fomento da participação e dos seus agentes em formas de cooperação interterritorial transnacional;
- 23) Identificar no território de *clusters* sectoriais a privilegiar em matéria de aplicação de TIC;
- 24) Promover a introdução/utilização das TI enquanto elemento de promoção no território do reordenamento urbano e territorial;
- 25) Incentivar a utilização das TI para apoio e gestão de sistemas de transporte;
- 26) Promover a utilização das TI para apoio e promoção do turismo e das actividades a ele associadas;
- 27) Promover a construção e a reestruturação de parques industriais existentes de modo ao seu funcionamento vir a ser fortemente apoiado nas TI;
- 28) Apoiar a criação e o desenvolvimento de *marketplaces* virtuais para PME;
- 29) Apoiar a criação de redes de aprendizagem e partilha de conhecimento entre agentes económicos;
- 30) Promover a criação de base de dados com os macroprojectos em implementação no território;
- 31) Promover a criação de um *skills bank*;
- 32) Promover a criação de portais regionais/locais/urbanos e a construção de *territórios digitais*.

Fonte: Caixa de texto desenvolvida a partir de Macorra y Cano e Neto (2003), Neto (2001a), Neto (2001b), Neto (2003).

um conhecimento cada vez mais rigoroso dos mercados, do comportamento dos demais territórios, das opções estratégicas para os territórios, das opções de localização e deslocalização das empresas, e um conhecimento cada vez mais aperfeiçoado das políticas públicas e estratégias individuais em funcionamento no território, no sentido de sofisticar os processos de tomada de decisão.

Neste contexto, as TIC constituem um instrumento privilegiado para acumulação e gestão do conhecimento¹⁴ e fomentar, no território, modelos e possibilidades de inter-relacionamento que sofisticem os processos de aprendizagem e os processos de transmissão e transferência de informação e conhecimento entre os agentes, entre os órgãos da administração pública, bem como são um instrumento privilegiado para a armazenagem e tratamento de informação de e sobre o território.

¹⁴ Inclusive, no sentido de aperfeiçoar a gestão do conhecimento na administração pública.

CAIXA DE TEXTO N.º 4

Implementação de um novo modelo de relacionamento entre o sector público e o sector privado

- 1) Criar redes de cooperação entre os actores-chave públicos e privados da região que promovam a cooperação inter-regional em matéria de sociedade da informação;
- 2) Valorização da densidade relacional do território;
- 3) Criação de instrumentos e mecanismos para a transferência de *know-how* no território entre projectos e entre agentes económicos;
- 4) Fomentar nas agências de desenvolvimento regional e local actualmente existentes a sociedade da informação como área temática privilegiada de trabalho;
- 5) Criação de sistemas de informação regionais para favorecer a competitividade das empresas;
- 6) Valorização em termos regionais de projectos de teletrabalho e *e-learning*;
- 7) Fomento de formas de acesso colectivo (pontos de acesso público) à internet, às aplicações digitais e aos recursos multimédia;
- 8) Desenvolvimento de estratégias integradas para as regiões em matéria de TIC nas áreas da saúde, educação e formação;
- 9) Promover o surgimento no território de sistemas, iniciativas e motores de gestão e difusão do conhecimento;
- 10) Promover a utilização das TIC enquanto instrumentos de divulgação e disseminação selectiva de informação da administração pública para os agentes económicos;
- 11) Através das TI desenvolver mecanismos de planeamento participativo;
- 12) Promover a utilização das TIC para fomentar ou reforçar formas e iniciativas de cooperação intermunicipal no território.

Fonte: Caixa de texto desenvolvida a partir de Macorra y Cano e Neto (2003), Neto (2001a), Neto (2001b), Neto (2003).

3. DA SMART COMMUNITY AO TERRITÓRIO INTELIGENTE – ELEMENTOS PARA A CRIAÇÃO DE SISTEMAS DE COMPETITIVE INTELLIGENCE NO TERRITÓRIO E PARA SEU BENEFÍCIO

Os processos de aprendizagem, de transmissão e transferência de informação e conhecimento, seu tratamento, armazenagem e gestão no território são uma área privilegiada em que as TI devem ser utilizadas. De modo a proporcionar o acesso e a utilização estratégica dessa informação a favor do território e dos seus agentes, através de operacionali-

zação no território de novas constelações relacionais e organizacionais que, tirando partido da proximidade física dos agentes, reforcem e sofisticuem a proximidade organizacional e funcional entre eles.

No actual contexto de grande competitividade, o processo de prospecção estratégica de informação a diferentes escalas territoriais constitui um domínio particularmente importante hoje para as empresas e para os territórios.

Os agentes económicos precisam de informação para decidir, antecipar impactos e fazer opções e o mesmo se aplica aos territórios, pelo que importa implementar no território sistemas formais de prospecção estratégica de informação, às diferentes escalas territoriais, que possam recolher informação relevante, tratá-la, armazená-la, organizar a informação em função da sua relevância para os diferentes destinatários e encaminhá-la para os potenciais beneficiários¹⁵. Informações estratégicas sobre mercados (evoluções previsíveis nos mercados actuais, informações estratégicas sobre mercados potenciais e sobre alterações conjunturais), sobre produtos, sobre processos produtivos, sobre opções empresariais, sobre modelos relacionais entre agentes económicos¹⁶, sobre potenciais parcerias, sobre modelos e soluções de planeamento do território¹⁷, sobre oportunidades de investimento, sobre inovações técnicas e tecnológicas, entre outros aspectos.

E como essa informação é por vezes impossível de recolher por parte das empresas porque implica custos e tem exigências técnicas, operacionais e logísticas bastante complexas, importa operacionalizar no território estruturas que assegurem essa função.

Tal exige a criação e implementação nos territórios (pelo menos naqueles cuja dimensão económica e institucional o justifique e assegure eficiência na sua utilização) de sistemas de *inteligência económica* que assegurem, aos decisores do território e aos demais agentes económicos e sociais territorialmente presentes, um conjunto de informa-

15 O que exige, por parte da unidade de gestão do sistema territorial de inteligência económica, uma visão muito clara sobre as características e o modo de funcionamento do território em causa. De modo a poder ter uma noção precisa sobre os potenciais beneficiários de cada tipo de informação e sobre o tipo de informação de que cada um deles necessita ou pode vir a necessitar.

16 Por exemplo, sobre modelos relacionais a activar na forma de gerir o território.

17 Por exemplo, sobre estratégias em desenvolvimento noutros territórios, e informações sobre soluções encontradas noutros territórios para problemas sectoriais específicos e sobre desenvolvimentos recentes relativos ao planeamento territorial.

Sistema de Inteligência

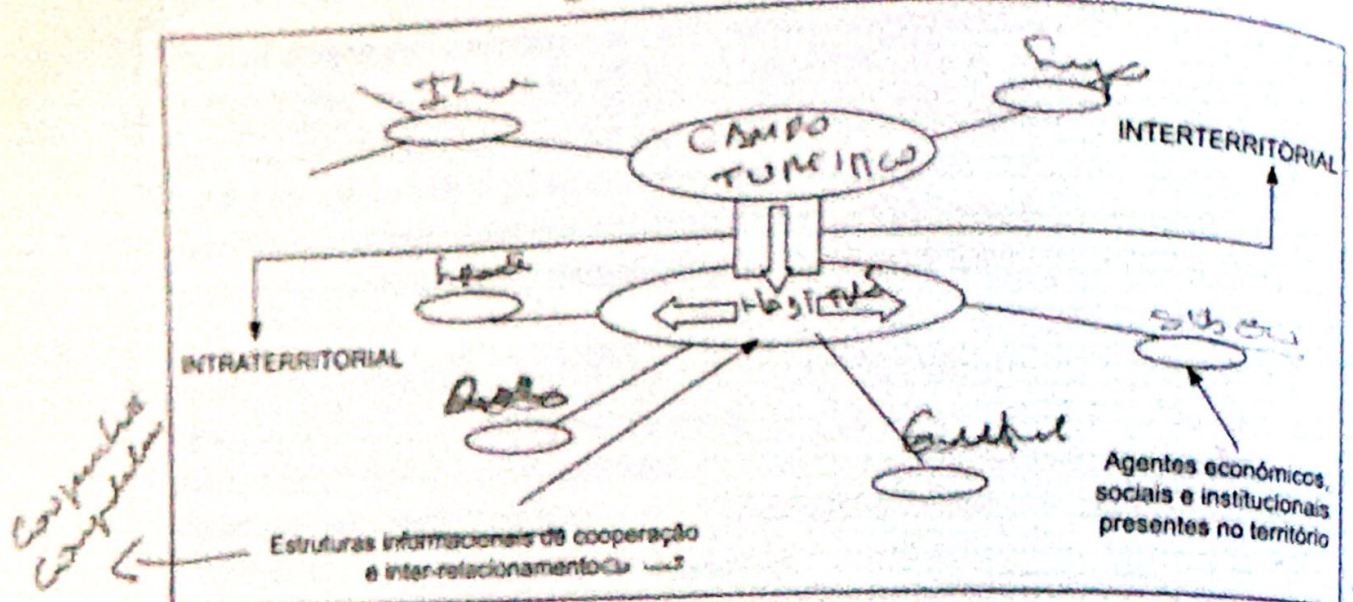


FIGURA 1 – Recolha e prospecção estratégica de informação a várias escalas territoriais

ções hoje absolutamente decisivas para a sobrevivência de uns e de outros.

A inteligência económica, enquanto sistema sistemático, coerente, organizado de recolha e tratamento da informação e sua transformação em conhecimento, é um utensílio capaz de detectar as ameaças e as oportunidades de todo o tipo e tem como vocação prever tudo o que diz respeito ao meio próximo ou afastado das empresas e dos territórios.

A *inteligência económica* subdivide a informação recolhida por conteúdos temáticos e cada conteúdo torna-se por sua vez objecto de uma prospecção própria¹⁸.

Por razões de operacionalidade e de eficácia¹⁹ o sistema de *inteligência económica* do território deverá ser desenvolvido e ficar localizado em estruturas regionais da administração pública (no caso português, nas comissões de coordenação regionais) e com participação directa das autoridades político-administrativas presentes no território.

O tratamento de dados pode ser defensivo ou ofensivo determinando abordagens e implicações distintas quanto ao tipo de informação que se procura recolher e quanto à forma de utilizar a informação recolhida.

18 Cf. Besson e Possin, 1999.

19 E inclusivamente por questões de confidencialidade e legalidade do tratamento de dados e pela a necessidade de definição de autoridades de controlo do seu funcionamento.

J. W. W. e. w. l. o. -

O território e os agentes económicos que o compõem podem utilizar a informação recolhida para se adaptarem às condicionantes do mercado e corrigir efeitos conjunturais mais ou menos agressivos, para antecipar tendências e condicionantes, mas também para desenhar iniciativas, com antecipação estratégica, que lhes permitam uma melhor adaptação a alterações conjunturais e estruturais e a implementação de estratégias de tipo pro-activo.

A prospecção da informação com relevância estratégica é sempre cara e muitas vezes difícil de alcançar/obter, pelo que os custos da inteligência económica nos territórios economicamente mais desfavorecidos deverão ser financiados essencialmente por via pública, sem prejuízo dos seus beneficiários poderem remunerar (eventualmente até de forma diferenciada por tipo de informação, ou em função do nível de sofisticação da informação em causa, ou mesmo pagar apenas algum tipo de informação) a informação que lhes é dirigida.

Por outro lado, a relevância da recolha deste tipo de informação só será verdadeiramente eficaz se tal constituir um processo sistemático, contínuo, estruturado, organizado, consistente de recolha e tratamento de informação no e para o território.

Resulta absolutamente imprescindível que os territórios possam ser sensibilizados para a relevância deste posicionamento do território face à gestão do conhecimento e à sua consolidação e armazenamento em forma de memória.

4. A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA INFORMACIONAL DO TERRITÓRIO

Os agentes económicos e sociais e a administração pública presentes no território dispõem de informação acumulada – de uma memória – sobre a história, a aplicação de políticas e estratégias desenvolvidas no território pela administração e por eles próprios²⁰ referentes, muitas vezes a longos períodos de tempo.

Memória dos agentes e da administração pública, sobre eles próprios e sobre o território, entendida quer em termos de memória formal (institucionalizada, organizada, documentada) quer em termos de

²⁰ As organizações têm formas de memória, os próprios processos de decisão assentam em sistemas de memória, ainda que por vezes de forma inconsciente (difusa, pouco nítida) pelo que importa operacionalizar e sistematizar a memória institucional.

memória informal (memória colectiva e individual não sistematizada e não documentada).

A memória formal e sobretudo a memória informal dos agentes e da administração é fortemente condicionante da percepção dos agentes sobre o processo histórico do território, da sua apreciação sobre o processo e soluções de desenvolvimento adoptadas no território e sobre a sua interpretação dos resultados das políticas públicas e iniciativas privadas territorialmente implementadas. Consequentemente, condiciona a própria formação das expectativas dos agentes e da administração em relação às possibilidades de desenvolvimento territorial futuras.

O território é uma memória viva onde estão armazenadas, às vezes melhor, às vezes pior, muitas informações, por vezes estratégicas, e que por vezes não são como tal reconhecidas. O mesmo acontecendo com a apreciação e a avaliação das suas competências e potencialidades que muitas vezes, no território, são apenas entendidas como características.

Na maior parte dos casos, essa informação acumulada pelos agentes económicos, sociais e institucionais e pela administração pública (em formato de depósito ou eventualmente de arquivo) não está tratada, não foram desenvolvidos nenhuns procedimentos de relacionamento entre os tipos de informação acumulada. E, sobretudo, a informação muitas vezes não está tratada de forma a permitir perceber inter-relações e relações causa efeito e a interpretação estratégica das suas consequências e interdependências. Mais importante ainda, essa informação está dispersa pela multiplicidade de agentes económicos e instituições territorialmente presentes sem nenhum tipo de articulação ou sem qualquer sistema de partilha ou permuta de informação entre si.

A articulação e a operacionalização dessa informação revela-se de grande valor estratégico enquanto informação de apoio à decisão. Importa por isso operacionalizar e estruturar a memória e o processo de memória do território.

A informação e a memória do território constituem um património invisível que importa operacionalizar com intencionalidade estratégica, pelo que se deve possibilitar o surgimento no território de formas e soluções de partilha e construção²¹ dessa memória.

²¹ A memória é um processo contínuo e recorrente, assenta na consolidação e armazenagem organizada de informação e conhecimento de momentos cronologicamente já passados e na acumulação e tratamento da informação e conhe-

Impressões

Os territórios têm uma memória (embora muitas vezes acumulada de forma nem sempre consciente ou intencional). A questão coloca-se em operacionalizar essa memória, operacionalizar redes de contacto e de informação entre os agentes económicos e entre as instituições no território de modo a partilhar essas memórias institucionais individuais e a fazer circular essa informação.

O território deverá ter e dispor de um repositório organizado e funcional das decisões económicas sobre o território ou sobre os agentes económicos ou sectores económicos territorialmente presentes que foram sendo tomadas ao longo do tempo e que constituem a própria história do território. Um repositório sobre a (da) história do território que possibilite como que, à semelhança do que deve acontecer com as empresas, a avaliação de *séries longas de tomada de decisão* e a análise e interpretação crítica dos casos de sucesso e insucesso diagnosticáveis no território.

Para além da prospecção e recolha externa de informação estratégica referida no ponto anterior, existe, assim, ainda no território uma multiplicidade de outros tipos de informação, com relevância estratégica, que importa sistematizar e organizar, operacionalizar e disponibilizar. O que deve ser assegurado através da criação de uma memória²² organizada no e sobre o território. O território deve estar desperto para as fontes formais e para as fontes informais de informação e conhecimento.

Os desenvolvimentos em matéria de TIC possibilitam e exigem a construção, a constituição e a operacionalização da memória territorial.

O sistema territorial de *inteligência económica* deve estar ligado directamente à memória e contribuir para a sua formação, e a informação por si gerada deve aí ser depositada.

As TIC possibilitam uma maior facilidade não só na construção e organização da memória mas também, e mais importante ainda, possibilitam a sua informatização – a informatização da memória, permi-

cimento sobre o presente e sua articulação com as informações e conhecimento passados. Possibilitando, através da articulação e relacionamento entre uns e outros, desenvolver processos de previsão de resultados relativos a momentos futuros. A articulação da memória com a informação nova possibilita uma contextualização e um tratamento enriquecido dessa informação.

²² Memória enquanto capacidade de associar as informações e o conhecimento previamente acumulado e de estabelecer relações entre as informações dispersas (quer em termos sectoriais quer em termos do *local* da sua acumulação).

tando, no seu processo de construção, condições completamente novas de funcionamento, maiores facilidades no acesso a essa informação, novas possibilidades para conceber, no território, mecanismos para sua partilha e difusão. Criando condições para disponibilizar, a um conjunto de beneficiários/destinatários rigorosamente identificados, a muita da informação reunida e produzida de forma dispersa no interior das instituições e produzida pelos seus funcionários.

Isto implica, naturalmente, não só uma avaliação, por parte de cada um dos agentes envolvidos, sobre qual o tipo de informação que é partilhável e a que não é²³, como exige procedimentos completamente novos em matéria de processamento de informação e de concepção dos próprios circuitos e procedimentos administrativos e processuais internos às instituições. Do ponto de vista da administração pública exige também critérios especiais na definição dos domínios a privilegiar na construção da memória e do nível de partilha público/privada da memória. Nomeadamente, sobre o que não deve ser objecto de partilha e distinguir informação fechada (não publicada), e com restrições e diferentes graus de acesso, de informação aberta (disponível e partilhável, passível de ser partilhada).

A sistematização, construção e localização da memória - a localização da unidade territorial de armazenamento e gestão da memória - deverá ficar posicionada e ser desenvolvida no interior da administração pública do território (no caso português, e tal como no caso do sistema territorial de *inteligência económica*, nas comissões de coordenação regionais) e com participação directa das autoridades político-administrativas presentes no território²⁴.

A esta unidade territorial de armazenamento e gestão da memória seriam depois associados, mediante acordos formais de relaciona-

23 Existem tipos de informação que dificilmente poderão vir a ser partilhados entre os agentes económicos (informação com relevância estratégica interna para cada organização), mas outros poderão sê-lo, pelo menos depois de ter passado algum tempo.

24 Quanto ao modelo de construção e localização da Unidade de Armazenamento e Gestão da Memória outras alternativas seriam, em todo o caso, também possíveis, dependendo da opção do território e da intencionalidade que este lhe procurar conferir. A sua concretização poderia ser conseguida através da criação de entidades novas no território para exercer essa função (do tipo gabinete da cidade/região ou observatório regional, ou centralizá-la numa unidade de gestão dos parques tecnológicos ou industriais ou em associações empresariais), no entanto, a solução pública é de longe preferível.

mento e cooperação e com base no suporte informacional e nas TIC, um conjunto de entidades, instituições e representantes de empresas que funcionariam como unidades de acesso e alimentação da memória e que teriam, cada uma delas, níveis específicos de acesso à memória e à informação por ela produzida. As entidades e instituições territorialmente presentes no território e representados naquilo que poderíamos designar de Sistema Territorial de Armazenamento e Construção da Memória (ver figura 2) e que funcionariam como unidades de acesso e alimentação da memória seriam, entre outras, as seguintes: delegações regionais dos diferentes ministérios da administração pública, câmaras municipais, universidades e centros de investigação, associações empresariais, associações comerciais, associações de municípios, associações de desenvolvimento local, agências de desenvolvimento regional e regiões de turismo.

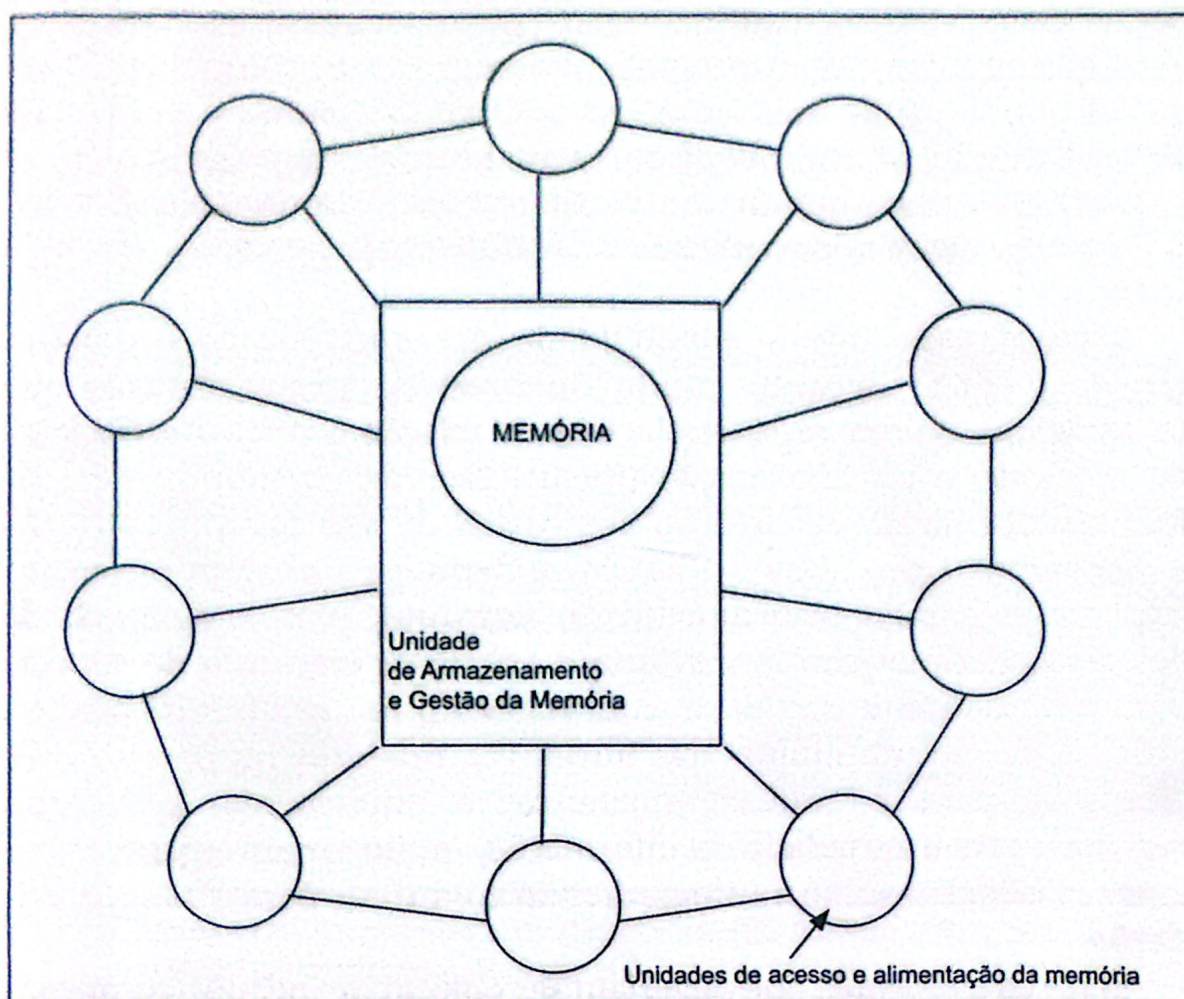


FIGURA 2 – Sistema territorial de armazenamento e construção da memória

O Sistema Territorial de Armazenagem e Construção da Memória (STACM) funcionaria assim como um modelo relacional reticular associado a um núcleo central – a Unidade de Armazenamento e Gestão da Memória – interligado a diferentes unidades/pontos de acesso a memória que funcionariam também como unidades de alimentação da memória – as Unidades de Acesso e Alimentação da Memória. Estas unidades, para além do acesso à memória e consequentemente aos resultados produzidos pelo sistema territorial de *inteligência económica* que nela estariam também armazenados (e a partir dela seriam geridos), contribuiriam também para a formação da memória do território alimentando-a, em condições a definir no âmbito próprio STACM, com informação com relevância territorial e associada à actividade, função ou domínio específico de cada entidade/unidade de acesso e alimentação da memória.

Cada uma destas entidades teria também a responsabilidade de redistribuir e reencaminhar a informação, a que tem acesso, para outros destinatários (que nalguns casos institucionalmente representaria no STACM, como seria o caso das associações empresariais que representam o conjunto de empresas territorialmente presentes que são suas associadas) no âmbito do domínio específico da sua actividade, fazendo com que a onda dos efeitos do STACM se repercutisse, ainda que de forma diferenciada, numa multiplicidade de agentes económicos, sociais e institucionais presentes no território.

Naturalmente que a possibilidade de concretização e construção do STACM depende muito do nível de reconhecimento que os territórios forem capazes de ter em relação ao valor estratégico da memória e da informação (inclusivamente em termos de análise custo/benefício em relação aos custos da sua operacionalização e disponibilização). Mas o STACM poderia ser um elemento muito importante para o planeamento do território, para a definição de políticas públicas para o território e enquanto estrutura de suporte para acumulação e gestão do conhecimento no, sobre e para o território. Até porque muitas das iniciativas referidas no ponto 2 (ver tabela 1), para promover, concretizar e implementar estratégias regionais para a sociedade da informação, muito teriam a ganhar com a sua existência e estas muito poderiam contribuir para a sua consolidação.

Entre os elementos que deveriam ser objecto de inclusão na memória do território, e no que concerne por exemplo às políticas públi-

cas aplicadas e em aplicação no território, poderíamos destacar as seguintes:

- i) Estudo e inventariação das intervenções territoriais realizadas para cada tipo de problema, objectivo ou sector e avaliação estratégica dos resultados alcançados²⁵;
- ii) Recolha e análise de experiências realizadas noutros territórios nacionais ou não, de implementação de políticas públicas²⁶ com os mesmos objectivos das que vai procurar implementar no território – *benchmarking*²⁷ de intervenções estratégicas;
- iii) Identificação das políticas públicas em funcionamento ou em implementação no território em cada sector, com uma preocupação explicativa;
- iv) Identificação das políticas públicas em funcionamento ou em implementação no território nos diferentes sectores com relevância directa e indirecta para outros sectores ou sector em relação ao qual se vai procurar intervir;
- v) Enquadramento de cada política no conjunto de políticas públicas em funcionamento a montante ou a jusante no território;
- vi) Identificação da escala pertinente para cada intervenção e concepção de modelos de articulação entre as diferentes intervenções a diferentes escalas territoriais²⁸;

25 A avaliação das políticas públicas deve assentar na utilização de diferentes tipos de indicadores (Dauce, 1998): i) Indicadores de realização (ao nível das acções); ii) Indicadores intermédios de alteração de situação e de comportamento (ao nível dos objectivos operacionais); iii) Indicadores de resultados (ao nível dos objectivos estratégicos); iv) Indicadores de desenvolvimento (ao nível dos objectivos sectoriais ou gerais).

Para além da questão da eficácia de cada política pública importa também avaliar a política quanto à sua pertinência e coerência interna, na medida em que muitas vezes o seu resultado é fortemente condicionado pela coerência do seu desenho interno.

26 Uma política pública é uma sequência organizada e coerente de acções que procuram dar resposta mais ou menos institucionalizada a uma situação considerada como problemática (Noche, 1992).

27 Estudo de boas práticas.

28 A concepção de políticas públicas territoriais caracteriza-se pela coexistência de vários níveis hierárquicos de decisão pública (Gilbert, 1996), pela elaboração concertada de programas de acção concertada, por uma participação concertada de programas de acção, por uma participação conjunta no seu financiamento e por uma forma de gestão de tipo contratual (Peyrefitte, 1998).

- vii) Avaliação das possibilidades de articulação vertical e horizontal com outras políticas públicas e instrumentos de política (identificação de zonas de sobreposição, acções de reforço e actuação conjunta, áreas de intervenção autónoma, identificação de áreas e temáticas ainda não abrangidas pelas políticas ou intervenções já desenvolvidas ou em funcionamento;
- viii) Relativamente a cada território, identificar os agentes/actores com relevância ou responsabilidade directa e indirecta na área ou temática em causa²⁹;
- ix) Avaliação das alternativas possíveis em termos de política pública;
- x) Reflexão sobre opções³⁰ entre alternativas possíveis de intervenção de natureza essencialmente pública, privada ou mista³¹;
- xi) Valorizar e estimular as parcerias no momento de concepção e de execução das políticas mas individualizar e autonomizar a unidade/instituição/nível de decisão responsável pela sua gestão e execução;
- xii) Identificação do nível político-administrativo adequado para localizar a unidade de gestão da política e conceber os mecanismos de articulação e tutela³²;
- xiii) Identificação das fontes de financiamento potenciais já existentes;

²⁹ As políticas públicas territoriais implicam a existência de diferentes intervenientes na escolha das acções a financiar. De uma pluralidade de interesses individuais a negociação deverá fazer emergir um programa e uma política que deverá ser desenhada em coerência com as outras políticas públicas em funcionamento.

³⁰ A procura de um equilíbrio entre os interesses e as opções existentes em alternativa não deverá resultar de uma optimização clássica mas antes de uma racionalidade de procedimento que permita encontrar uma solução satisfatória em termos globais (Orsini, 1998).

³¹ Cada política pública territorial tem implicações necessariamente numa multiplicidade de bens públicos e bens privados e deverá ser levada em consideração esta dimensão de interdependência. A concepção das políticas públicas territoriais deve ter em conta os modelos e as lógicas de relacionamento existentes entre os agentes do território.

³² As características e especificidade organizacionais do processo de elaboração e concepção das políticas públicas, as modalidades organizacionais e formas como as diferentes instituições interagem determina fortemente a natureza dos resultados que poderão vir a ser alcançados.

- iii) Conceber um modelo de avaliação que permita desenvolver processos frequentes de avaliação do nível de execução das políticas em execução no território³³;
- iv) Apoio à reflexão sobre quais deverão ser os executantes/beneficiários de cada uma das diferentes políticas públicas a implementar no território e sobre quais as articulações potenciais a promover entre executantes e beneficiários.

Neste sentido, a Unidade de Armazenamento e Gestão da Memória e, conseqüentemente, o STACM poderia inclusivamente fazer propostas sobre as estratégias a implementar no território e desenvolver uma cultura de gestão e decisão participativa.

CONCLUSÕES

As tecnologias de informação e comunicação não asseguram só por si a materialização no território das suas potencialidades mas constituem um instrumento privilegiado de valorização do tecido produtivo e institucional dos territórios locais e regionais, possibilitando, entre outros aspectos, a implementação no território de sistemas selectivos de recolha, armazenamento e gestão de informação e a sofisticação e a operacionalização dos processos de memória do território e dos seus agentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERTRAND, N. (2001): «Technologies d'Information et de Communication: quel Rôle dans les Dynamiques Territoriales de Développement», *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*, n.º 1.
- BESSON, B., e POSSIN, J-C (1999) *Do Serviço de Informação à Inteligência Económica*, Instituto Piaget, Lisboa.
- COMISSÃO EUROPEIA (2000) *Public Strategies for the Information Society in the Members States of the European Union*, ESIS Report, Luxemburgo.
- (2000) *A Guide to Developing Regional Information Society Initiatives*, Technopolis Ltd, Luxemburgo, Comissão Europeia, SPOCE, Luxemburgo.
- GILBERT, G. (1996) «Le Fédéralism Financier», *Revue Economique*, n.º 2.

33 Estabelecer valores esperáveis/desejáveis para cada período temporal a partir da data da implementação da política – definir antes do início da sua implementação o impacte desejável da política. Definir o tipo de efeitos que cada política procura alcançar (ex: reforço da coesão territorial, promoção da competitividade do território, valorização de determinado sector económico, etc).

- Genot, P. (1988) «Le Développement de l'Évaluation au Niveau Communautaire. Enjeux et Perspectives», *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*, n.º 3.
- JANUZZI, D. G., e HANCOCK, D. C. (editors) (2000) *Information, Place, and Cyberspace. Issues in Accountability*. Springer, Berlin.
- KOENIGSBERG, N. (2002) *Intelligent Cities*, Spon Press, Londres.
- MACEDRA Y CASO, L. F., e NETO, P. A. (2003) «Nueva Economía, Oportunidades y Desafíos para el Desarrollo Regional», in Nebot, J. J., e Fuertes Eugenio, A. (eds.) *La Economía Regional en el Marco de la Nueva Economía*, Publicaciones de la Universitat Jaume I, Economía i Gestió, València.
- MARTINET, B., e MARTI, Y.-M. (2000) *A Inteligência Económica. Os Olhos e os Ouidos da Empresa*. Instituto Piaget, Lisboa.
- NETO, P. A. (1999) *A Integração Espacial, Economias de Rede e Inovação*, Instituto Piaget, Lisboa.
- (1999) «O Portfólio Relacional dos Territórios na Reformulação das Vantagens Comparativas Interterritoriais» in APDR (ed.) *Emprego e Desenvolvimento Regional. Actas do V Encontro Nacional da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR)*, 18 a 20 de Junho de 1998, Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia, Coimbra, Coleção APDR, Coimbra.
- (2001a) «Território e Globalização» in APDR (ed.) *Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu. Actas do VIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR)*, 29 de Junho a 1 de Julho de 2001, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Coleção APDR, Coimbra.
- (2001b) «Os Territórios Locais e Regionais e a Economia Global do Conhecimento», *Economia e Sociologia*, n.º 72, Évora.
- (2003) «Tecnologia de Informação e Desenvolvimento Regional, Novas Configurações Relacionais e Novas Proximidades – O Processo de Construção da Memória do Território», in APDR (ed.) *Nova Economia e Desenvolvimento Regional. Actas do IX Encontro Nacional da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR)*, 27 a 29 de Junho de 2002, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Coleção APDR, Coimbra.
- NETO, P. A., e SILVA, P. (1999) «A Cartografia Relacional e a Gestão de Unidades Territoriais», in APDR (ed.) *Regiões e Cidades na União Europeia: Que Futuro? Actas do VI Encontro Nacional da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR)*, 1 a 2 de Julho de 1999, Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão, Braga, Coleção APDR, Coimbra.
- (1999) «The Relational Geographic Information System (SIGR) a Proposal of a New Methodology for Regional and Local Management and Planning», comunicação apresentada no *ERSA 39th European Congress 1999*, 23 a 27 de Agosto, Dublin.
- NUCCI, J. P. (1982) «De l'Évaluation à l'Analyse des Politiques Publiques», *Revue Française de Science Politique*, vol. 32, n.º 1, Fevereiro.
- ORSINI, A. (1998) «La Problématique Générale de L'Évaluation», *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*, n.º 3.
- PEYREFFITE, M. (1998) «La Prise en Compte des Logiques d'Acteurs dans L'Évaluation d'une Politique Publique Territoriale», *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*, n.º 3.
- RALLEY, A., TORRE, A. (1999) «Géographie et technologie: une analyse des relations de proximité dans les réseaux localisés», *xxv^{ème} Colloque de l'ASRDLF*, Hyères 1-3 Setembro, 1999.